

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Financiado pela Fundação Ford, realizou-se em São Paulo, de 10 a 15 de dezembro de 1979, por promoção da sub-comissão de Educação da Comissão Pró-Índio/SP e sob coordenação da Prof^a Aracy Lopes da Silva (Dept^o de Ciências Sociais - USP), o I Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena, que reuniu professores de áreas indígenas das mais diversas regiões do país e cujos trabalhos contaram com a assessoria científica de lingüistas, antropólogos, sociólogos, médicos e juristas. Estiveram representados os mais significativos grupos de apoio ligados à causa indígena: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pró-Índio/SP, Comissão Pró-Índio/ACRE, Comissão Pró-Índio/RJ, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Associação Nacional de Apoio ao Índio — secção do Distrito Federal (ANAÍ-DF), Centro de Trabalho Indigenista, Missão Anchieta, Missão Salesiana (MT) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Na assessoria científica estavam representantes do Museu Nacional (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e RENOV: Relações Educacionais e do Trabalho Ltda.

Os trabalhos se iniciaram com a apresentação, ao plenário, de depoimentos relativos a experiências concretas com educação formal que vem sendo levadas a efeito nas áreas indígenas, pelos participantes, no Acre, em Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul. Estas apresentações foram acompanhadas de relatórios escritos (que se encontram na sede da Comissão Pró-Índio/SP, à rua Caiubi, 126, Perdizes, 05010, São Paulo; onde podem ser consultados pelos interessados). A partir da problemática contida nestes depoimentos, foram selecionados certos temas para discussão mais aprofundada: A educação indígena no contexto sócio-político brasileiro; educação indígena e política indigenista; política e estratégias visando a uma escola pró-índio; sentido e alcance da alfabetização para um grupo indígena; a questão da língua da alfabetização; relações entre educação/escola/alfabetização; participação da comunidade indígena nos projetos educacionais; interferências da escola na vida da comunidade.

As discussões conduziram à identificação de novos problemas e a certos pontos básicos onde se chegou a um consenso. Estas conclusões serão publicadas em breve, na forma de um relatório final acompanhado de alguns depoimentos ilustrativos da situação da educação indígena no país, nos Cadernos da Comissão Pró-Índio nº 3. Os participantes do I Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena aprovaram um documento final que expressa basicamente a sua posição e que se segue, na íntegra:

A organização do Encontro visou à apresentação de casos e depoimentos sobre situações concretas, de modo a permitir um levantamento real do trabalho educacional com povos indígenas.

Em primeiro lugar, contatou-se uma enorme diversidade de situações, o que demonstrou a necessidade de um debate mais amplo, que leve à reformulação de questões fundamentais para um melhor equacionamento da política educacional indígena.

Ficou evidenciada mais uma vez, a impossibilidade de se encaminhar a questão da educação sem colocá-la no contexto mais global do modelo político-econômico vigente no Brasil, que exige o sacrifício da maioria do povo em prol de um suposto desenvolvimento.

A política indigenista oficial é parte integrante desse modelo, e tem servido, sistematicamente, como instrumento de dominação e destruição dos povos indígenas. Dentro desse contexto, a educação institucionalizada, respaldada pelo Estado, é veículo privilegiado de dominação ideológica, pois desrespeita os povos indígenas, mascarando-a através de um paternalismo autoritário que aparentemente protege, quando na verdade cerceia e destrói.

A política oficial desconhece a realidade do processo educacional próprio das sociedades indígenas. Tal processo é garantia da manutenção de uma identidade étnica diferenciada, e sua redução ao ensino oficial não pode ser admitida porque nega o direito desses povos à auto-determinação.

O Encontro revelou que todas as tentativas de uma atuação alternativa na área educacional indígena têm sofrido sistemática rejeição por parte da política oficial. Os mecanismos dessa rejeição são os mais diversos: vão desde o abandono do trabalhador doente em áreas indígenas, às constantes transferências de pessoal de uma área para outra, de pressões, ameaças, até o afastamento de pessoal ou expulsão pura e simples de qualquer elemento comprometido com a educação indígena. Citamos como exemplo, entre muitos, o caso ocorrido recentemente com o casal Roberto Zwatsch e Lori Altmann, que trabalharam junto aos Suruí, no Território de Rondônia, mediante convênio com a FUNAI e que foram expulsos por determinação arbitrária do administrador do Parque Indígena Aripuanã.

Outro caso aberrante o da retirada da Professora Suzana Grillo Guimarães do Parque Indígena do Xingu, apesar dos insistentes pedidos feitos ao Presidente da FUNAI, pela própria Comunidade Xinguana, para que ela permanecesse na área. Vários casos evidenciam ainda uma total incoerência das várias instâncias do órgão tutelar.

A situação atual é instável e caótica que leva ao temor do completo esfacelamento da obrigação estatal de defesa dos povos indígenas. Tal temor se concretiza face às recentes medidas de descentralização administrativa da FUNAI, que na prática, levarão à entrega da questão educacional indígena a interesses regionais historicamente reconhecidos como contrários e prejudiciais à especificidade das culturas indígenas.

Os participantes desse Encontro concordam em que:

- 1 — deve-se exigir que a voz dos índios seja ouvida e respeitada nas decisões de seu próprio destino;
- 2 — deve-se lutar pelo reconhecimento da especificidade da educação indígena;
- 3 — deve-se apoiar toda e qualquer iniciativa organizada pelos povos indígenas para defesa de seus mais legítimos direitos.

Aracy Lopes da Silva

Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo